

O ESTADO, A LÍNGUA E O / NO ENEM

Anderson Lins Rodrigues¹

RESUMO: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surge na década de 1990 em meio a um contexto de mudanças sócio-políticas que atribuem peso significativo à educação como instrumento de qualificação profissional. Para tanto, através do ENEM, objetiva-se avaliar alunos oriundos do ensino médio. Atualmente, além de possibilitar a certificação desse nível de ensino, o exame também é um instrumento de ingresso em muitas universidades. Ao considerar a sua abrangência, que mobiliza aproximadamente 6 milhões de participantes e, possivelmente, influencia a prática de muitos professores, nos propomos a compreender, neste artigo, à luz da Análise de Discurso de linha francesa: Que estratégias discursivas de controle/regulagem da língua e de sua heterogeneidade sustentam o funcionamento polêmico do discurso sobre a Língua Portuguesa no ENEM? Na tentativa de responder a essa questão, tomamos como unidades de análise questões de Língua Portuguesa das edições de 2009 a 2013 do exame. Para consecução dos objetivos, recorremos, como dispositivo teórico-metodológico, à Análise de Discurso. Essa opção deve-se ao fato de acreditarmos que as representações acerca da língua podem ser mais bem compreendidas se lançarmos mão de alguns postulados da perspectiva discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: ENEM; Língua Portuguesa; Controle/Regulagem; Heterogeneidade; Discurso.

ABSTRACT: ENEM (*Exame Nacional do Ensino Médio*) was an exam created in the 1990s amidst a socio-political transformation context that attributed significant weight to education as an instrument of professional qualification. For such, through ENEM, high-school students are evaluated. Nowadays, besides certifying the completion of this education level, the exam is also an instrument of access to many universities. Considering its reach, which mobilizes approximately six million participants and possibly influences the practice of many teachers, we propose to understand, according to a French-focused Discourse Analysis: *What control/regulation of language and its heterogeneity's discursive strategies maintain the Portuguese Language polemic discourse running in ENEM?* In the attempt to reach these questions, we took as analysis units Portuguese Language questions from 2009 through 2013 editions of the exam. To achieve our objectives, we resorted to Discourse Analysis as a theoretic-methodological tool. This option was made because we believe that language representations can be better comprehended if we resort to some discourse-perspective postulates.

KEY WORDS: ENEM. Portuguese Language. Control/Regulation. Heterogeneity. Discourse.

1. Um efeito de começo: os efeitos de sentidos sobre a língua no ENEM

Em meados da década de 1990, o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico. Tudo isso converge para a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

de obra necessária ao novo mercado de trabalho. É nesse cenário que vemos surgir o desenvolvimento de políticas de Estado para a educação do país, dentre elas: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesse contexto político de atuação do Estado, é possível perceber que o ENEM é o resultado da “(re)adequação” de um país cada vez mais urbanizado a imperativos do cenário mundial globalizado que, entre outras coisas, exigia uma sociedade organizada em torno da informação e da tecnologia e que, dessa forma, pudesse enfrentar, por meio da universalização da educação, o analfabetismo, a gritante desigualdade social e o desemprego.

É necessário sublinhar que a atuação estatal na constituição de políticas educacionais, sejam elas de avaliação e/ou de ensino, acontece por meio de diretrizes e documentos oficiais, como a Matriz de Referência do ENEM². Esses documentos funcionam na sociedade como um currículo, na medida em que propõem abordagens educacionais que orientam a prática escolar e docente por meio da difusão de conhecimentos e ideologias. Essa conjuntura político-social, inevitavelmente, fortalece o controle do Estado na/para a educação. Consideramos, nessa discussão, sobretudo, a educação linguística.

Dito isso, enfatizamos que objetivamos analisar, neste artigo, os efeitos de sentidos sobre língua, no ENEM, e sua filiação aos movimentos históricos e políticos das teorias linguísticas. Cremos que esse movimento que consiste em identificar e discutir a filiação dos discursos sobre a língua no jogo com/entre as teorias linguísticas, se faz necessário para melhor compreendermos como o ENEM articula/trama esses diferentes discursos.

Ao considerar o contexto histórico-político (discursivo) dessas teorias, ou seja, ao inscrever o político e o histórico, em cada modo de representar a língua, estamos procedendo em uma observação não naturalista ou evidente. Ao contrário, por estar diretamente afetada pelo histórico, defendemos que *toda teoria é política*, o que possibilita deslocamentos de sentidos e a compreensão de que há jogos de legitimidade e relações de força na/para a representação da língua.

Ao conceber as teorias enquanto espaços de enunciação e de funcionamento de discursos sobre a língua, estamos, entre outras coisas, afirmando que aqui se configura uma disputa incessante por uma enunciação legitimada. Intencionamos, pois, analisar como se dá esse (possível) movimento de/entre sentidos sobre a língua, tomando como *corpus* 06 questões de língua portuguesa do referido exame a partir do ano de 2009, marco temporal do “novo” ENEM, quando, de acordo com a Matriz de Referência, há uma orientação expressa para a abordagem linguística na perspectiva da heterogeneidade.

2. Análise do Discurso (AD) e possíveis reflexões sobre como *dizer* a língua

Acreditamos ser necessário afirmar o lugar teórico a partir do qual nossas reflexões se alicerçam para pensar a língua no ENEM em sua relação com as teorias linguísticas. Nesse sentido, é pertinente dizer que, por estarmos inscritos na AD de filiação pecheuxiana, podemos contemplar a produção de sentidos sobre esse objeto a partir da mobilização teórico e metodológica de algumas categorias analíticas, tais como: interdiscurso, formação discursiva (FD), interpretação e efeitos de sentidos.

² Documento instituído pelo MEC com o propósito de orientar a política de constituição/formulação das questões do exame. A partir de 2009, com o lançamento dessa Matriz de Referência, “surge” o novo ENEM.

A AD se constituiu em meados da década de 1960, tendo como objeto o discurso – objeto atravessado pela língua e pela ideologia. Essa noção de discurso nos propõe que o interpretemos enquanto espaços de regularidades associados a condições de produção. Isso nos leva a crer que a relação entre enunciadores e entre enunciados não são dimensões posteriores a uma estrutura linguística constituída já, mas algo que condiciona a organização da língua.

A AD propõe que o discurso é efeito de sentido entre locutores – entendidos como sujeitos sócio histórico e ideologicamente constituídos. Para o discurso, assim, convergem o social e o histórico, com suas normas e coerções inscritas em formações discursivas (ORLANDI, 2005). É no discurso e através dele que podemos perceber a relação de atravessamento entre língua e ideologia e também perceber as relações de sentido entre discursos, pois há sempre o lugar do *Outro* no discurso, ou seja, todo discurso remete a outro ou a vários outros possíveis, a depender das condições de produção.

Nesse sentido, a fim de verticalizarmos as reflexões sobre os efeitos de sentidos sobre a língua e relacionarmos aos conceitos operatórios que serão mobilizados durante a análise, propomos a discussão, inicialmente, sobre *interdiscurso* e *FD*. Para isso, partimos das ideias de Grigoletto (2002, p.33), quando pondera que “é o interdiscurso que aparece no cerne do processo de constituição dos sentidos, enquanto, pode-se dizer, as formas de agrupamento dos sentidos seriam as formações discursivas”.

Assim, o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados que constitui a memória do dizer, ou seja, o a-dizer, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse espaço transversal e saturado (o todo discursivo) que permite o “surgimento” de “outros/novos” discursos.

É sempre pertinente enfatizar, ao pensar em interdiscurso, que tomamos esse conceito como eminentemente *plural*, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por eles, somos captados. Eles (os enunciados) estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido, e estabelecendo relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas – regionalizações dos sentidos.

Entender esses conceitos com base nas características da heterogeneidade e alteridade se faz necessário quando pensamos que interdiscurso e *FD* são, em seu conjunto, o resultado – indefinido e aberto – de uma diversidade de enunciados, sentidos e ideologias. Os discursos, pois, não surgem a esmo, nem de lugar nenhum, mas justamente do dinâmico e conflituoso interior dessas *FD* e do seu conjunto, sempre margeadas e irrompidas do/pelo interdiscurso.

Podemos entender, então, que é a dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o “apagamento”. Dessa maneira, o interdiscurso de uma *FD* pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) *FD*. Assim, é no interior desse sistema aberto, vazado, que se produz um conjunto de regras que definem a identidade e os efeitos de sentidos dos enunciados que o constituem. Ou seja, é a própria *FD*, entendida como uma lei de série, princípio de dispersão e repartição dos enunciados, que define as regularidades que validam e legitimam os “seus” enunciados constituintes.

Dessa forma, o já-dito (as formulações anteriores) constitui, numa relação dinâmica, instável e de aparentes contradições, os “novos/outros” discursos. É nessa relação paradoxal com o exterior – outras formações –, que a “*FD* traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabilize a garantia de homogeneidade sócio-histórica de um corpus” (GRIGOLETTO, 2002, p. 31).

Diante dessa discussão, propomos pensar a FD como uma fronteira que se reserva a aberturas, a furos e espaços não preenchidos e, cremos, nunca preenchíveis, haja vista que, à medida que o sujeito se expõe a uma ideologia, um duelo se instaura entre o já armazenado e o “novo”, o outro que invade, que provoca e desestabiliza aquilo pretensamente assentado. É dessa forma que, em AD, se concebe a interpretação com base em filiações de sentido. Na medida em que nos inscrevemos em uma ou em outra(s) FD, enunciamos e “fazemos” sentido ou, em outras palavras, dizemos e *nos* dizemos. É, pois, com esse olhar – eminentemente heterogêneo – e levando em conta a relação tensa entre *regras* e *dispersão* (regularidades da dispersão) que direcionaremos nossa discussão sobre o jogo com/entre os efeitos de sentidos sobre a língua no discurso do ENEM. Claro é que, se a heterogeneidade está no centro constitutivo da(s) FD, onde são “produzidos” os discursos, esses não podem deixar de constituir um arranjo de elementos instáveis.

Feito esse preâmbulo para situar o leitor sobre o nosso ponto de vista teórico-analítico, pensamos ser necessário reiterar que propomos pensar a língua pela sua forma material, isto é, linguístico-histórica. Dessa maneira, é possível estudar essa materialidade simbólica no contexto de distintos processos sócio históricos de significação, onde cada teoria tem um modo de existência imbricado a uma exterioridade – às relações de produção de uma sociedade. Remeter, então, o discurso sobre a língua a um recorte teórico específico permite que vejamos esse lugar teórico como espaço da regularidade, da estabilização, da normatividade que preside o processo de constituição dos sentidos.

Esse modo de observação, segundo Orlandi (2007, p. 53), “abre uma via para refletir sobre a história do conhecimento sobre a linguagem, em suas formas dominantes e periféricas”. Dessa maneira, é possível perceber o jogo político atuando na eleição de uma perspectiva teórica em detrimento de outra(s), o que, em muito, favorece um olhar menos ingênuo para a constituição e representação da língua via discurso das teorias.

Enveredaremos, então, por um percurso reflexivo que se propõe a não perder de vista o político reclamando sentido(s) para as teorias sobre a língua. Nesse sentido, compreendemos que a língua é atravessada pela incompletude, pelo equívoco, o que nos leva a dizer que é um objeto heterogêneo e, ainda, que uma das possibilidades de sua análise pode se inscrever dentro do espectro das configurações imaginárias da/sobre a diferença na/da língua. Aqui, entende-se que o *impossível da língua* (tudo não pode ser dito) é algo constitutivo desse objeto – o *real* da língua (GADET e PÊCHEUX, 2004). É possível problematizar o impossível de dizer que reside na língua a partir das reflexões de De Nardi (2011, p. 40), quando explica que

Algo sempre se perde quando limites são estabelecidos, porque há na língua um lugar do impossível, já que é próprio da língua que ela faça furos, que fuja ao todo, que mantenha um lugar em que o que não pode ser dito, se esconda, em que esse novo espere, silenciado, o tempo de mostrar-se. Algo sempre escapa.

Compreendemos com a autora que, ao reivindicar o político para a língua, estamos, entre outras coisas, (re)afirmando que não concebemos essa materialidade significativa sem que esteja afetada pelo social e pelo histórico, afinal, por fazer parte das relações entre sujeitos, a língua é significada para e por sujeitos.

É nesse sentido que Pêcheux e Fuchs (2009) entendem a língua articulada a processos discursivos atrelados a condições de produção sócio históricas. Em sendo assim, a língua é heterogênea, sujeita a falhas, lugar do impossível e da incompletude,

onde a história ressoa significativamente. Só por meio dessa relação – língua e história – se produz sentidos. Pelo exposto, é possível perceber que há, na AD, a proposta de relacionar língua e história no funcionamento do discurso.

Tais reflexões, enfim, nos permitem defender que a perspectiva discursiva propõe a observação da língua no contexto das representações de sua história e de seu funcionamento, o que contribui significativamente para refletirmos sobre o processo político de constituição desse objeto simbólico que está sempre em movimento, como parte de uma história em que sujeitos e sentidos se constroem por meio de deslocamentos, fragmentações e dispersões.

3. Como o ENEM *diz* a língua: um gesto de análise

Nesta seção, intencionamos analisar um conjunto de 06 questões de língua portuguesa do ENEM (das edições a partir de 2009) que problematizam a relação entre língua e heterogeneidade – configuração a partir da qual é possível analisar os efeitos de sentidos sobre língua, no ENEM, e sua filiação aos movimentos históricos e políticos das teorias linguísticas.

Nosso gesto de análise incidirá, especificamente, sobre os textos motivadores (primeiro espaço de significação) e o enunciado / alternativa correta. Para fins metodológicos, agrupamos em um mesmo espaço de significação³ o enunciado e a alternativa correta (gabarito) por entendermos que, ainda que não estejam linearizados sequencialmente, no que se refere ao plano sintático (horizontal), eles se complementam no plano semântico e discursivo (vertical), ou seja, consideramos que determinados saberes sobre a língua no ENEM são formulados no/pelo enunciado e se complementam na alternativa correta. Portanto, compreendemos aqui uma relação constitutiva de sentidos.

Posto isso, apresentamos as questões que analisaremos:

<p>Texto para as questões 121 e 122</p> <p>Quando eu falo com vocês, procuro usar o código de vocês. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem, tem 160 milhões de pessoas com diferentes sobrenomes. Vieram para cá asiáticos, europeus, africanos, e todo mundo quer ser brasileiro. A importante pergunta que nós fazemos é: qual é o pedaço de índio que vocês têm? O seu cabelo? São seus olhos? Ou é o nome da sua rua? O nome da sua praça? Enfim, vocês devem ter um pedaço de índio dentro de vocês. Para nós, o importante é que vocês olhem para a gente como seres humanos, como pessoas que nem precisam de paternalismos, nem precisam ser tratadas com privilégios. Nós não queremos tomar o Brasil de vocês, nós queremos compartilhar esse Brasil com vocês.</p> <p><small>TERENA, M. Debate. MORIN, E. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (adaptado).</small></p>	<p>Questão 122</p> <p>Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de</p> <ul style="list-style-type: none">A demonstrar a clareza e a complexidade da nossa língua materna.B situar os dois lados da interlocução em posições simétricas.C comprovar a importância da correção gramatical nos diálogos cotidianos.D mostrar como as línguas indígenas foram incorporadas à língua portuguesa.E ressaltar a importância do código linguístico que adotamos como língua nacional.
---	---

Questão 122 - ENEM 2009 (caderno azul)

³ Não nos detivemos em mais explicações sobre o que entendemos – metodologicamente – sobre espaços de significação porque acreditamos que será compreensível ao leitor, ao longo das análises, a divisão das questões, para fins de análise, em dois espaços de significação.

Questão 7

A escrita é uma das formas de expressão que as pessoas utilizam para comunicar algo e tem várias finalidades: informar, entreter, convencer, divulgar, descrever. Assim, o conhecimento acerca das variedades linguísticas sociais, regionais e de registro torna-se necessário para que se use a língua nas mais diversas situações comunicativas.

Considerando as informações acima, imagine que você está à procura de um emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você

- (A) fará uso da linguagem metafórica.
- (B) apresentará elementos não verbais.
- (C) utilizará o registro informal.
- (D) evidenciará a norma padrão.
- (E) fará uso de gírias.

Questão 07 - ENEM 2009/Prova Cancelada

QUESTÃO 131



VERISSIMO, L. F. As cobras em: Se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O humor da tira decorre da reação de uma das cobras com relação ao uso de pronome pessoal reto, em vez de pronome oblíquo. De acordo com a norma padrão da língua, esse uso é inadequado, pois

- A contraria o uso previsto para o registro oral da língua.
- B contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.
- C gera inadequação na concordância com o verbo.
- D gera ambiguidade na leitura do texto.
- E apresenta dupla marcação de sujeito.

Questão 131 - ENEM 2011 (caderno cinza)

Texto para as questões 100 e 101



XAVIER, C. Quadrinho quadrado. Disponível em: <http://www.releituras.com>. Acesso em: 6 jul. 2009.

Questão 101

Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- A do emprego do pronome demonstrativo "esse" em "Por que o senhor publicou esse livro?".
- B do emprego do pronome pessoal oblíquo em "Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!".
- C do emprego do pronome possessivo "sua" em "Qual foi sua maior motivação?".
- D do emprego do vocativo "Meu filho", que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- E da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

Questão 101 - ENEM 2009 (caderno azul/questão anulada)

QUESTÃO 130

A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à ampliação do domínio de ter na área semântica de "posse", no final da fase arcaica. Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter "existencial", não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como "novidade" no século XVIII por Said Ali.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?

CALLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. In: Cadernos de Letras da UFF, n. 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).

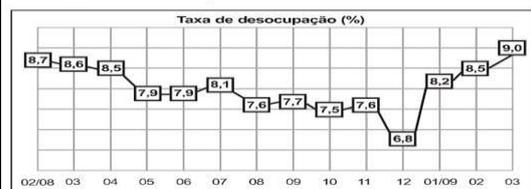
Para a autora, a substituição de "haver" por "ter" em diferentes contextos evidencia que

- A o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.
- B os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.
- C a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.
- D a adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.
- E os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.

Questão 130 - ENEM 2012 (caderno azul)

Questão 33

A figura a seguir trata da "taxa de desocupação" no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.



Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- (A) Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

Ao iniciar nossa análise, atentamos para o fato de que os gêneros textuais que constituem os textos motivadores são variados: trecho de uma revista científica, quadrinho, tira, gráfico e trechos de livros. A disposição desses gêneros, distintos e de esferas de comunicação diversas, podem vir a constituir sentidos de uma língua heterogênea, à medida que a(s) língua(gens) observáveis em cada um dos gêneros podem ser diferentes, outras.

Essa sinalização nos faz perceber que, ao explorar os gêneros textuais, o ENEM se filia aos sentidos de/sobre língua mobilizados pela teoria dos gêneros textuais. Os efeitos de sentidos postos tratam da língua enquanto uma atividade, um fato social que se funda a partir das necessidades de comunicação entre indivíduos que estão inscritos no social.

Essa perspectiva difere de uma concepção sistêmica e estrutural da língua enquanto objeto amorfo e sem vínculo com os aspectos políticos e históricos. A pluralidade de gêneros abordados, então, nos faz pensar que a língua reflete os conflitos entre os valores sociais, o que pode favorecer a compreensão de uma língua pensada em seu aspecto heterogêneo e suscetível a mudanças de ordem histórico-cultural. Confirma esse entendimento o fato de os textos em análise problematizarem diversas e diferentes situações de comunicação em que a língua(gem) cumpre determinadas funções sociais. A partir das questões acima, atentamos para o fato de que, com exceção do quadrinho e da tira, que podem representar, por meio da escrita, a oralidade, os demais gêneros situam-se no campo de práticas escritas da língua – aspecto que mobiliza efeitos de sentidos de valorização social para a modalidade escrita, bem como a gêneros que se estruturam a partir dessa variante da língua.

No entanto, a modalidade escrita pode servir a fins e usos diferentes – é o que sugere o texto motivador da questão 07. Nele, trata-se da escrita como uma das possibilidades de expressão, com finalidades diversas, tais como: “*informar, entreter, convencer, divulgar, descrever*”. Esse discurso pode fazer emergir gestos de interpretação de uma língua que pode ser adequável a situações de uso, ainda que se manifeste na modalidade escrita – efeitos de sentidos sobre uma língua heterogênea observáveis em teorias sociointeracionistas, a exemplo da Sociolinguística.

Dito isso, passemos, agora, a observar, mais especificamente, o segundo espaço de significação. Analisamos que, de maneira predominante, mesmo os textos motivadores (ainda que com algumas exceções) tangenciando possibilidades de problematização da língua e da heterogeneidade, o segundo espaço de significação caracteriza-se como um *discurso polêmico*, uma vez que, de maneira predominante, atua no fechamento dos sentidos de/sobre heterogeneidade.

Notamos que, em geral, esse espaço de significação, considera a existência do fenômeno da heterogeneidade da língua, mas, nesse mesmo gesto, silencia e dá um direcionamento de sentidos pautado na observância da prescrição, enfatizando um só uso linguístico, uma norma apenas – norma padrão (NP). Aspetos que identificamos e passamos, agora, a descrever e analisar nas duas primeiras questões elencadas anteriormente.

Analisaremos conjuntamente essas duas questões por acreditarmos que se constituem a partir de efeitos de sentidos que requerem a identificação da NP a partir de uma finalidade ou de um objetivo pretendido por sujeitos sociais que se encontram inseridos em uma dada situação sócio-discursiva. Com a instauração dessas problematizações, ao que nos parece, notamos efeitos de heterogeneidade, ainda que, como já dissemos, também percebamos uma clara sinalização apenas para possíveis usos da NP.

Essa sinalização se estrutura, no caso da questão 07, a partir de trecho de um comentário (sem possibilidade de identificar em que gênero e suporte circula) em que há a reflexão de que a escrita é uma das formas de expressão e que pode apresentar várias finalidades, tais como: entreter, convencer, divulgar etc. Nesse mesmo texto também há a sugestão para que sejam conhecidas as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro enquanto meio possibilitador para o uso da língua nas mais diversas situações comunicativas.

Só, então, após dizer as possíveis “finalidades” da escrita e sugerir que sejam aprendidas as variantes linguísticas, é que o enunciado forja uma situação sócio-discursiva para desencadear na “necessária” utilização da NP. É o que vemos em:

[...] imagine que você está à procura de emprego e encontrou duas empresas que precisam de novos funcionários. Uma delas exige uma carta de solicitação de emprego. Ao redigi-la, você... evidenciará a norma padrão. (QUESTÃO 07, ENEM 2009/PROVA CANCELADA)

Pelo exposto, analisamos que há, nessa questão, uma confluência de discursos que versam sobre a heterogeneidade da língua, com usos possíveis, sendo, inclusive, a escrita heterogênea, variável, a depender da finalidade pretendida (texto motivador). Ao passo que, o segundo espaço de significação limita a escrita a um uso apenas: *a redação de uma carta de solicitação de emprego*, sem maiores explicações acerca de que emprego, para qual empresa – informações caras à adequação da variante a ser utilizada.

Analisamos também que há uma recorrência à NP como a variante em que é possível se apoiar para o estabelecimento de comunicação clara, sem ruídos e para fins formais, adequados a contextos comunicativos que exijam monitoramento linguístico. O padrão da língua é significado enquanto norma capaz de favorecer a compreensão, a nitidez em detrimento do equívoco, da falha. Reflexão que nos remete a uma ideologia que homogeneiza a língua, ao mesmo tempo em que associa pureza e rigor à NP. Aqui, notamos uma filiação a sentidos normatizadores e puristas da língua.

Esses aspectos apontados acima também podem ser observáveis no segundo espaço de significação da questão 122 (ENEM 2009/CADERNO AZUL). A problematização em torno da legitimação da NP se estrutura na medida em que o enunciado, inicialmente, afirma que no texto motivador – trecho de um livro que retrata um diálogo entre dois grupos étnicos distintos: índios e não-índios – a NP da língua portuguesa foi empregada com uma finalidade que deve ser reconhecida/identificada pelo leitor a partir do que está expresso em uma alternativa “correta”.

Como já dissemos, entendemos que, quando textualiza que existe uma finalidade para o emprego de uma norma, o enunciado sinaliza para uma perspectiva funcional da variante padrão, ou seja, que ela pode ser usada com vistas a um objetivo ou um fim pretendido, o que demonstra haver filiação a sentidos que contemplam a relação entre normas e usos. O discurso da heterogeneidade é, portanto, materializado.

Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de... situar os dois lados da interlocução em posições simétricas (QUESTÃO 122, ENEM 2009/CADERNO AZUL).

Antes de analisarmos a relação língua/NP/usos, observável na constituição discursiva dessa questão, ressaltamos que não ficou claro o gênero do texto onde é possível observar o emprego da NP. Não entendemos se a questão quer expor o olhar leitor para o uso de tal variante em um texto escrito que reproduz um debate ou se a NP

foi usada no próprio debate entre índios e não-índios. Caso seja essa última possibilidade, notamos que há efeitos de sentidos que aproximam NP de situações sócio-discursivas *orais e formais*.

Nesse sentido, analisamos que há um efeito de heterogeneidade que se situa em torno da relação oralidade/formalidade. Mas, nesse mesmo gesto, também percebemos um atravessamento de/entre sentidos (heterogêneos - homogêneos) que tem como efeito a legitimação da NP como a variante que permit(e)iria uma comunicação *oralizada, formal* e que situasse em condições simetricamente iguais dois grupos étnicos distintos. A interpretação pode ser: duas etnias são postas em situação de interlocução e apenas a NP permite esse diálogo.

A ideologia da homogeneização, da formalidade linguística, através da NP, é abordada como meio que favorece a interação e compreensão entre grupos distintos. Em suma, a ideologia subjacente aos enunciados é a de que a NP é a variante que une e aproxima os (des)iguais (índios - não índios). Como também é a norma cujo conhecimento poderá resultar em condições de empregabilidade e, dessa forma, poderá promover mobilidade/ascensão de uma condição social à outra: (des)-empregado (questão 07).

Essas questões nos fizeram rememorar a discussão que promove Orlandi (2008) sobre língua imaginária e língua fluida. Tomando como esteio essas reflexões, pensamos com a autora que a língua imaginária é o espaço dos efeitos de sentidos que a sistematizam por meio de fórmulas e regras – é a língua fixa e imutável, a que permeia o senso comum/imaginário popular, (im)pondo que apenas alguns poucos estudiosos têm acesso à língua em sua completude.

É, ainda, a língua da ciência, das teorias linguísticas, a língua dos sentidos restritos, circunscritos ao domínio de instrumentos gramaticais que reivindicam, para si, a verdade da língua, sendo ela uniforme e, quando variável, apenas em situações específicas de uso e em acordo com a anuência de instrumentos normatizadores, como a gramática tradicional.

Quanto à língua fluida, é caracterizada pelo movimento, pela dinâmica que não a aprisiona em fórmulas e regras aplicáveis a todo e qualquer tipo de uso. A fluidez que a caracteriza não permite que ela esteja contida em uma só possibilidade de manifestação e uso, mas ela transborda, vaza e não se deixa capturar sob a descrição de normas e padrões restritos de variação. A língua fluida não se limita e, por isso, apenas podemos observá-la se focalizarmos as suas condições de produção relacionadas às condições históricas de constituição dos sentidos, ou seja, a partir de suas formas imaginárias.

Nesse sentido, percebemos, então, nas questões analisadas, que os processos de significação de sujeitos e sentidos foram desconsiderados, ou seja, a história e os processos de identificação e subjetivação dos sujeitos com a “sua” língua dão lugar a uma perspectiva que concebe esse objeto como um código ao qual os falantes recorrem de acordo com o estabelecimento de nítidos objetivos pretendidos. De acordo com tal concepção, não há quaisquer interferências de ordem político-social e, por isso, os sentidos são transparentes e entre as palavras e as coisas que designam não há atravessamentos de outros gestos, outros sentidos.

A comunicação e suas intenções (seus efeitos de sentidos) são, assim, unívocas. A língua(gem), no contexto dessa representação, não oferece lugar a outras interpretações, não falha, não é opaca, não “traí”, não se (re)significa mediante sujeitos e determinações ideológicas. Os sentidos são sempre os mesmos, não resvalam, não oferecem lugar a interpretações outras. Acreditamos, portanto, que a (in)questionável associação entre NP/formalidade/língua resulta de/em gestos de interpretação que não

concebem o lugar da heterogeneidade nos processos de significação dos sujeitos e da língua.

No que se refere ao resultado da atividade de análise de outras questões, especificamente, com relação a filiações de sentidos ditos com vistas a caracterizar a NP, vale ressaltar que não há reflexão sobre possíveis finalidades sócio-discursivas para a utilização da variante padrão. Veremos esse aspecto a começar pela análise da questão 131 (ENEM 2011/CADERNO CINZA), cuja composição se dá a partir da *desatenção* ou do *desconhecimento* dessa variante da língua.

O segundo espaço de significação se estrutura em torno de um texto motivador que representa um diálogo travado entre dois personagens. O gênero desse texto é uma Tira – caracterizado, entre outros aspectos, pelo fato de explorar aspectos humorísticos, críticas e ironias.

QUESTÃO 131



VERÍSSIMO, L. F. As cobras em: Se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O humor da tira decorre da reação de uma das cobras com relação ao uso de pronome pessoal reto, em vez de pronome oblíquo. De acordo com a norma padrão da língua, esse uso é inadequado, pois

- A **contraria o uso previsto para o registro oral da língua.**
- B **contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.**
- C gera inadequação na concordância com o verbo.
- D gera ambiguidade na leitura do texto.
- E apresenta dupla marcação de sujeito.

Questão 131 - ENEM 2011 (caderno cinza)

Aqui, notamos que a pretensão do humor/da ironia característicos do gênero tira são construídos a partir de uma situação de inobservância da utilização da NP. Um dos personagens, ao substituir o pronome oblíquo pelo pronome reto – “Vamos arrasá-los” –, é satirizado e convidado a, “antes de ‘arrasar eles’”, “...acertar o pronome”.

Procedendo na análise do enunciado e da alternativa correta, vimos que a utilização do texto motivador, nesse caso, cumpre a função de ilustrar o saber que será legitimado no/pelo segundo espaço de significação. A substituição de um pronome reto por um oblíquo configura(ria) um uso inadequado, de acordo com o que preconiza a NP, visto que “contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto”.

Nessa questão, acreditamos que os gestos de interpretação acerca dessa variante associam ou identificam como NP o saber estruturado na/pela gramática tradicional (GT). Dominar esse saber é condição para o uso da NP. Por extensão: é *condição para* não ser satirizado, para não ser “advertido” diante da inadequação ao utilizar a língua, independentemente da situação discursiva.

Avançando na atividade de análise, identificamos outra questão digna de registro: ao solicitar o reconhecimento da NP, algumas questões elencam aspectos léxico-gramaticais que, supostamente, caracterizariam essa variante da língua. Ou seja, diz respeito ao padrão linguístico as enunciações que observarem os postulados da GT. Essas ponderações nos levaram a perceber a presença de um discurso, materializado nesses espaços de significação, que se respalda na subserviência ao que prega a prescrição gramatical como requisito imprescindível para estar – linguisticamente – do lado “correto”, sem infringir aquilo que a gramática “diz que é para ser”, bem como a evidência de que existe uma NP pertencente à ou advinda da gramática.

Essa ideologia nos remete a FDs que, entre outros gestos, concebem que a variante padrão/formal está relacionada apenas à escrita e deve obedecer aos preceitos gramaticais.

Veremos essa orientação ideológica nas questões: 101 (ENEM 2009/CADERNO AZUL – QUESTÃO ANULADA) e 33 (ENEM 2009/PROVA CANCELADA).

Texto para as questões 100 e 101

Questão 101

Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- Ⓐ do emprego do pronome demonstrativo “esse” em “Por que o senhor publicou esse livro?”.
- Ⓑ do emprego do pronome pessoal oblíquo em “Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!”.
- Ⓒ do emprego do pronome possessivo “sua” em “Qual foi sua maior motivação?”.
- Ⓓ do emprego do vocativo “Meu filho”, que confere à fala distanciamento do interlocutor.
- Ⓔ da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

Questão 101 - ENEM 2009 (caderno azul/questão anulada)

Questão 33

A figura a seguir trata da “taxa de desocupação” no Brasil, ou seja, a proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa de uma determinada região em um recorte de tempo.

Questão 33

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em:

- (A) Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.
- (B) Nos primeiros meses de 2009, houveram acréscimos na taxa de desocupação.
- (C) Em 12/2008, por ocasião das festas, a taxa de desempregados foram reduzidos.
- (D) A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.
- (E) Em março de 2009 as taxas tenderam à piorar: 9 entre 100 pessoas desempregadas.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2009 (adaptado).

Questão 33 - ENEM 2009/Prova Cancelada

A primeira das questões tem como texto motivador um quadrinho em que é retratada uma situação em que um escritor é entrevistado por um repórter que questiona a motivação para publicar um livro. Aqui, mais uma vez, nos deparamos com um texto que situa as condições sócio-discursivas em que se encontram os dois sujeitos que interagem por meio da língua(gem) com finalidades devidamente estabelecidas. Observamos ainda que, por se tratar do gênero *quadrinho*, há a possibilidade de não só abordar a perspectiva da heterogeneidade linguística, como também inserir a heterogeneidade numa situação em que o humor seja contemplado.

No que tange à segunda questão, trata-se de um gráfico, cujo objetivo é evidenciar os números correspondentes à taxa de desocupação no país em um determinado recorte de tempo. Aqui, acreditamos também que o ENEM pode(ria) contemplar a perspectiva da heterogeneidade linguística, considerando as características composicionais desse gênero.

No entanto, vimos, no caso do enunciado da primeira questão, a constituição de um discurso que considera a existência de variedades linguísticas, ao mesmo tempo em que silencia a sua complexidade/problematização, quando solicita o reconhecimento da NP em uma alternativa que melhor represente/obedeça com rigor essa variante. Quanto ao segundo enunciado, é solicitado ao leitor a interpretação do gráfico em uma alternativa “correta” em que a NP esteja/seja respeitada:

Quanto às variedades linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio... (QUESTÃO 101, ENEM 2009/CADERNO AZUL – QUESTÃO ANULADA).

A norma padrão da língua portuguesa está respeitada, na interpretação do gráfico, em... (QUESTÃO 33, ENEM 2009/PROVA CANCELADA).

Em busca de possíveis caracterizações para o obediência rigoroso da e o respeito à NP, nos deparamos com alternativas que não estabelecem reflexão a partir do

texto motivador, tampouco relação com possíveis discussões sobre que aspectos refletem o rigor e o respeito a essa variante da língua. Percebemos que não há relação entre usos, escolhas linguísticas de acordo com as finalidades pretendidas para utilização do padrão linguístico, mas tão-somente o estabelecimento de (in)correções, em algumas orações, que devem ser julgadas pelo leitor, tomando como pressuposto os conhecimentos sobre pronome, pontuação, conjunção, concordância, regência, acentuação etc.

Assim, as questões em análise discursivizam que os elementos definidores do respeito e do rigor desejáveis à NP são alguns conhecimentos prescritos pela/na GT. Ao se filiar a esse discurso, as questões legitimam, em um só gesto, o lugar de prestígio desse instrumento normativo na definição do que é/pode ser a língua, bem como a importância do saber em torno da NP.

Dessa forma, entendemos que o campo das evidências e da transparência é próprio do imaginário da língua. Esse imaginário é atravessado pelo funcionamento da ideologia, que, a seu turno, representa a língua como se fosse linear e transparente. Esse discurso, tão repetido e sedimentado, nos é apresentado como a “verdade” sobre a língua: um conjunto de regras que deve ser manuseada com o objetivo de manter a perfeição e a homogeneidade que supostamente a caracterizam.

Também analisamos que, mesmo considerando a existência de variedades linguísticas, essas, com exceção da padrão, são silenciadas, na medida em que apenas a NP é digna de conceitualização, de observação, “*respeito*” e “*rigor*”. Acreditamos que, à medida que o saber da/sobre a NP é legitimado, por meio do silenciamento acerca das demais variantes, o ENEM representa de um modo próprio (político) a língua. O exame diz que se filia a perspectivas heterogêneas sobre a língua, mas nega ou simplifica a complexidade que orbita em torno desse fenômeno e, com isso, controla/regula os sentidos de língua e de heterogeneidade.

Os efeitos de sentidos agenciados aqui nos fazem refletir sobre a força imaginária que a NP exerce nas discussões sobre a língua, inclusive no ENEM. Há um ideal de língua em torno da NP, eleita como modelo de perfeição linguística. Muitos são os que se levantam em defesa do “padrão do português”, do que há de mais correto linguisticamente, imaginando que lutam contra potenciais deturpações da língua. Esse discurso defende a necessidade de conhecer essa variante para tomar um lugar social, poder fazer uso da palavra, posicionar-se e interagir. Dialogar por meio de outra norma seria, então, incorrer em erros e inviabilizar o diálogo. Portanto, há um modo certo de organizar o raciocínio, de se comunicar. Esse modelo é representado pela NP.

O arcabouço léxico-gramatical, o artificialismo e a natureza abstrata verificáveis nessa norma têm se constituído como uma camisa-de-força da língua, operacionalizando o apagamento de algumas peculiaridades linguísticas e caracterizando-se como instrumento atemporal, deslocado de usos correntes e muito além das possibilidades de realização da grande maioria dos falantes. Ao refletir sobre essas questões que orbitam no entorno da NP, lembramos que Faraco (2008, p. 80) nos diz:

O padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador sobre as demais normas.

A partir dessa reflexão do autor, pensamos que o ENEM não chegou ao entendimento de que um padrão linguístico é um ideal de língua, uma aproximação a que

se pode pretender, em determinadas situações de interlocução, como um atenuante da diversidade e heterogeneidade constitutivas da língua. E foi justamente com esse propósito que surgiu o especificador “padrão” para mais uma norma⁴ linguística.

Através dos discursos que advogam em favor dessa variante, percebemos a força coercitiva da NP enquanto medida de comportamento linguístico, atuando como um preceito normativo que deve regular e orientar a uniformização do comportamento de falantes. Essa reflexão influencia sobremaneira nas práticas escolares de ensino/aprendizagem/avaliação de língua.

No entanto, avançando em nossa atividade de análise, passamos agora a descrever as nossas observações acerca da questão 130 (ENEM 2012/CADERNO AZUL), cujo texto motivador é um trecho de uma obra (artigo científico) intitulada Caderno de Letras da UFF. Despertou a nossa atenção o título desse artigo: “A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado”, uma vez que, a partir do que nele está posto, percebemos a intenção do ENEM em discutir efeitos de heterogeneidade, considerando a relação entre normas/usos e a dinâmica da língua.

<p>QUESTÃO 130</p> <p>A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à ampliação do domínio de ter na área semântica de “posse”, no final da fase arcaica. Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter “existencial”, não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como “novidade” no século XVIII por Said Ali.</p> <p>Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?</p> <p><small>CALLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. In: Cadernos de Letras da UFF, n. 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).</small></p>	<p>Para a autora, a substituição de “haver” por “ter” em diferentes contextos evidencia que</p> <ul style="list-style-type: none">A o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.B os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.C a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.D a adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.E os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.
--	---

Questão 130 - ENEM 2012 (caderno azul)

Conforme lemos, o primeiro parágrafo do texto discute a substituição da forma *haver* por *ter* enquanto um processo característico da história da língua. Já o segundo parágrafo, levando em conta o que foi exemplificado anteriormente como aspecto que revela a dinâmica da língua, traz uma série de reflexões sobre normas, norma única, uso e bom uso linguístico, entre outras questões que incidem diretamente na complexidade que alicerça o fenômeno da heterogeneidade da/na língua.

Essas reflexões, inclusive, são postas em forma de questionamentos, revelando que, em se tratando das relações entre usos/adequação, “*nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua*”.

Os questionamentos, mais do que evidenciar uma posição crítica sobre discursos puristas e tradicionais, se propõem a despertar no leitor o entendimento de que a mudança da/na língua não significa deturpação, corrupção, mas um processo histórico em que a evolução, o surgimento de novos termos, a partir de outros usos, é indispensável à dinâmica social.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se

⁴ Faraco (*op. cit.*) nos informa que a NP sequer pode ser considerada, de fato, uma variante da língua, uma vez que o “padrão” é um construto sócio histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização.

conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra? (QUESTÃO 130, ENEM 2012/CADERNO AZUL).

Logo após a instauração dessa provocação, posta por meio desses questionamentos, vemos a construção de um enunciado que não só busca respostas e a averiguação do entendimento do leitor, mas se propõe a retomar o que foi exemplificado no texto como indicativo de mudança da/na língua.

Para a autora, a substituição de “haver” por “ter” em diferentes contextos evidencia que... os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística (QUESTÃO 130, ENEM 2012/CADERNO AZUL).

Analisamos, ao considerar os dois espaços de significação, que são atravessados por efeitos de heterogeneidade, na medida em que refletem e exemplificam que os processos de mudanças linguísticas não podem ser bloqueados sob a alegação de uma língua pura, codificada e isenta dos reflexos sociais.

Os efeitos de uma língua imaginária são questionados pela exemplificação das formas *ter/haver* enquanto indicativo de que não há uma norma única, mas uma pluralidade delas. Além disso, as normas podem ser entendidas como um conjunto de hábitos linguísticos e isso não implica em apreciações pejorativas nem juízo de valor.

A inserção dessa questão, no conjunto das demais analisadas, nos faz constatar a coexistência de discursos atravessados sobre língua/heterogeneidade fazendo funcionar o discurso polêmico do ENEM. Por fim, vimos efeitos de heterogeneidade revestidos de homogeneidade, à medida que uma pluralidade de filiações teórico-conceituais acerca da língua é convocada para dizer a língua no exame.

4. Para continuar a reflexão: os efeitos de sentidos sobre a língua no ENEM

À guisa de conclusões parciais, afirmamos que as análises demonstram que o discurso do *corpus* acerca da língua é caracterizado por aproximações, entrecruzamentos, resistências e dicotomizações de/entre sentidos. Dessa forma, portanto, o ENEM atua a partir de embates/jogos sobre/entre a *unidade* e/ou a *heterogeneidade* para/na representação – de maneira própria e, por isso, política – da língua.

Com isso, analisamos que o exame se reveste de imagens heterogêneas desse objeto para, ao mesmo tempo, controlar/regular a heterogeneidade linguística. Em outras palavras, o exame assimila e se reveste de determinadas nuances de/sobre heterogeneidade para, então, ter o arbítrio de dizer o que é/pode ser língua/heterogeneidade. Aqui reside uma estratégia estatal de controle/regulagem dos sentidos sobre língua.

Referências

BRASIL. **ENEM**: documento básico. Brasília: MEC/INEP, 1998.

_____. **Matriz de Referência para o Enem 2009**: linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009.

- DE NARDI, F. S. Entre o desejo da unicidade e o real da língua: o imaginário sobre línguas no processo de ensino-aprendizagem. In: SCHONS, C. R. [et al.]. **Língua, escola e mídia: em(tre)laçando conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2011.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GADET, F.; HALK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- GRIGOLETTO, M. **A resistência das palavras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- _____. **Terra à vista: discurso e confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- _____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.